

Gestão por resultados e performatividade: o SAEB e a política de bonificação na rede estadual de ensino do Piauí

Results-Based Management and Performance: The SAEB and the Bonus Policy in the State Education Network of Piauí

Gestión basada en resultados y desempeño: el Saeb y la política de bonificaciones en el sistema educativo estatal de Piauí

Wirla Risany Lima Carvalho¹
Universidade Federal do Piauí, Brasil.

Francisca Eudeilane da Silva Pereira²
Secretaria Estadual de Educação do Piauí, Brasil.

Michelle Morgana Gomes Fonsêca Alcântara³
Prefeitura Municipal de Teresina, Brasil.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as exigências de performatividade geradas na gestão por resultados da rede estadual de ensino do Piauí advindas do SAEB e da política de bonificação. O percurso metodológico contempla uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com natureza descritiva e explicativa, do tipo bibliográfica, com revisão integrativa e pesquisa documental. Este trabalho integra uma pesquisa maior da Rede de Estudos e Pesquisa em Políticas de Avaliação Educacional e *Accountability* (REPAE), intitulada “Dispositivos de Inovação e Fortalecimento das Políticas de *Accountability* Educacional: uma análise do Nordeste brasileiro”. Os resultados apontam um cenário exigente de performatividade advindo da gestão por resultados e da cultura de desempenho intensificada com o SAEB e a política de bonificação implementada na rede estadual de ensino do Piauí, refletindo os efeitos de um cenário de forte responsabilização. Infere-se uma relação intrínseca entre essa busca por resultados da política de desempenho implementada a partir do SAEB, impactando o exercício docente e até sua identidade profissional. Ademais, essa cultura de desempenho nas avaliações externas e em larga escala e os dispositivos de *accountability* educacional estão sendo utilizados para justificar e consolidar índices defendidos como caracterização única da qualidade educacional no país.

Palavras-chave: política educacional; *accountability*; avaliação em larga escala; performatividade; Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI).

¹ Doutora em Educação (Avaliação Educacional). Universidade Federal do Piauí. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7057-3822>. E-mail: profawirlacarvalho@ufpi.edu.br

² Mestra em Avaliação. Doutoranda pela Universidade Federal do Piauí. Secretaria Estadual de Educação do Piauí. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1597-7178>. E-mail: eudeilane@gmail.com

³ Mestra em Educação. Doutoranda pela Universidade Federal do Piauí. Prefeitura Municipal de Teresina. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0261-6750>. E-mail: michellemorgana85@gmail.com



Abstract

This article aims to analyze the demands for performance generated in the results-based management of the Piauí state education network, stemming from the National Basic Education Assessment System (SAEB) and the bonus policy. The methodological approach includes applied research, with a qualitative, descriptive and explanatory nature, of a bibliographic type, with integrative review and documentary research. This work is part of a larger research project by the Network of Studies and Research in Educational Assessment Policies and Accountability (REPAE), entitled "Innovation Devices and Strengthening of Educational Accountability Policies: an analysis of the Brazilian Northeast." The results point to a demanding scenario of performance arising from results-based management and the performance culture intensified by the SAEB and the bonus policy implemented in the Piauí state education network, reflecting the effects of a scenario of strong accountability. An intrinsic relationship is inferred between this pursuit of results from the performance policy implemented based on the SAEB, impacting the teaching practice and even its professional identity. Furthermore, this culture of performance in external and large-scale assessments, and the mechanisms of educational accountability, are being used to justify and consolidate indices defended as the sole characterization of educational quality in the country.

Keywords: educational policy; accountability; large-scale assessment; performativity; educational assessment system of Piauí (SAEPI).

Resumen

Este artículo analiza las exigencias de desempeño generadas en la gestión basada en resultados de la red educativa del estado de Piauí, derivadas del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Básica (SAEB) y la política de bonificaciones. El enfoque metodológico incluye investigación aplicada, cualitativa, descriptiva y explicativa, de tipo bibliográfico, con revisión integradora e investigación documental. Este trabajo forma parte de un proyecto de investigación más amplio de la Red de Estudios e Investigación en Políticas de Evaluación Educativa y Rendición de Cuentas (REPAE), titulado "Innovación y Fortalecimiento de las Políticas de Rendición de Cuentas Educativas: un análisis del Noreste Brasileño". Los resultados apuntan a un escenario exigente de desempeño derivado de la gestión basada en resultados y la cultura de desempeño intensificada por el SAEB y la política de bonificaciones implementada en la red educativa del estado de Piauí, reflejando los efectos de un escenario de fuerte rendición de cuentas. Se infiere una relación intrínseca entre esta búsqueda de resultados y la política de desempeño implementada con base en el SAEB, impactando la práctica docente e incluso su identidad profesional. Además, esta cultura de desempeño en evaluaciones externas y a gran escala, junto con los mecanismos de rendición de cuentas en el ámbito educativo, se utilizan para justificar y consolidar índices que se defienden como la única caracterización de la calidad educativa en el país.

Palabras clave: rendición de cuentas; evaluación a gran escala; desempeño; política de rendición de cuentas educativa; sistema de evaluación educativa de Piauí.

INTRODUÇÃO

O percurso histórico da avaliação educacional no Brasil tem demonstrado a construção de um pensamento gerencialista sob influência de agentes internacionais. Implementado na educação brasileira e advindo de paradigmas que servem ao viés capitalista, esse pensamento é criador do controle gerencial atrelado à qualidade

institucional e social, a partir do implemento no currículo das ideias de projeto de vida, voltadas à meritocracia, ao protagonismo social e de empreendedorismo relacionado a investimentos em instituições financeiras. Com efeito, observa-se que há uma transformação na essência do que seja a Educação. Antes, como área de desenvolvimento humano para fins de qualificação do sujeito para uma cidadania plena; agora, com um viés de atendimento ao mercado de trabalho nacional, em benefício das relações comerciais internacionais (Carvalho, 2024).

Nesse intento, na atualidade e em escala mundial, os sistemas de avaliação foram criados e implementados como ferramentas a serviço de toda essa engrenagem mercadológica, camuflados de geradores de informação sobre a qualidade educacional de um país. Ou seja, a educação foi impregnada pelo viés comercial capitalista e gerencialista e hoje serve a esse propósito; quanto a sua gênese, que é o currículo, deixa-se fragmentar a ponto de afetar toda a organização do trabalho pedagógico em sala de aula e, na essência, a educação de maneira geral em um país, fragilizando a oferta e o direito a uma educação plena e de qualidade na rede de ensino pública.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de âmbito nacional, — assim como outros sistemas de avaliação próprios de estados e municípios brasileiros — é um exemplo de como a avaliação educacional está sendo utilizada sob a perspectiva dessa visão gerencialista e de como sua implementação pode afetar a essência educacional do país, nas formações inicial e continuada, assim como na profissão dos professores e outros atores da gestão educacional, como diretores, coordenadores, técnicos de secretarias, entre outros. Diante desse contexto, o cenário de exigência por performatividade nas diversas funções dos atores educacionais da escola e da rede de ensino passou a ser naturalizado, com efeitos diversos, que podem ser explorados em variadas pesquisas e em vários estados deste país.

Em vista de toda essa problemática apresentada, a questão norteadora deste estudo foi: “Como se apresentam as exigências de performatividade geradas na gestão por resultados da rede estadual de ensino do Piauí advindas do SAEB e da política de bonificação?”. A fim de respondê-la, esta pesquisa⁴ teve como objetivo analisar as exigências de performatividade geradas na gestão por resultados da rede estadual de ensino do Piauí advindas do SAEB e da política de bonificação.

⁴ Esta pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Especificamente, intencionou-se: i) conceituar performatividade no cenário de uma cultura de desempenho; ii) discutir a relação entre gestão por resultados e performatividade em uma rede estadual de ensino pública; e iii) apresentar o cenário da política de bonificação e do SAEB na rede estadual de ensino do Piauí.

Este trabalho abrange, como base do referencial teórico, discussões de autores como: Ball (2010, 2012), Brooke (2006, 2012), Horta Neto (2007, 2010, 2013), entre outros.

O percurso metodológico contempla uma pesquisa⁵ de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica com pesquisa documental e de revisão de literatura. Quanto aos objetivos específicos, a natureza do estudo é descritiva e explicativa. Teve como procedimentos de coleta: i) levantamento de dados da pesquisa documental abrangendo fontes como leis, decretos, portarias, além de notícias em sites oficiais e outros órgãos de imprensa das esferas administrativas estudadas, relativas ao objeto do estudo no estado do Piauí e no Brasil; ii) levantamento de artigos sobre a discussão na base de dados de periódicos da Capes. Para fins de análise e discussão dos dados, foram utilizadas as análises documental e de conteúdo (descritiva e categorial).

Além desta introdução, este artigo contém seções posteriores — que contemplam um referencial teórico apresentando a análise da performatividade no cenário educacional de uma cultura de desempenho, a relação entre gestão por resultados e performatividade em uma rede estadual de ensino pública e o cenário da política de bonificação e do SAEB na rede estadual de ensino do Piauí — e, por fim, as considerações finais com as referências do estudo.

PERFORMATIVIDADE NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE UMA CULTURA DE DESEMPENHO

Para discussão sobre o conceito de performatividade no cenário educacional de uma cultura de desempenho, vale ressaltar que os artigos encontrados com a revisão integrativa deste estudo utilizam-se do conceito de performatividade

⁵ Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Dispositivos de Inovação e Fortalecimento das Políticas de *Accountability* Educacional: uma análise do Nordeste brasileiro”, da Rede de Estudos e Pesquisa em Políticas de Avaliação Educacional e *Accountability* (REPAAE). No presente estudo também foram destacados achados e discussões já realizados no âmbito da pesquisa mencionada, aprovados e publicados em periódicos nacionais.

apresentado por Ball (2010, 2012) e Ball e Collet-Sabé (2025). Os trabalhos encontrados versam sobre diferentes estados e serão utilizados como parâmetros para contextualização da situação do estado do Piauí.

Silva, Cunha e Almeida (2025) apresentam uma discussão sobre performatividade no cenário da política educacional de Pernambuco. Discutem o deslocamento do político ao técnico que tem se estabelecido na democracia contemporânea e como isso tem se enraizado na educação escolar brasileira. Para as autoras, a performatividade caracteriza-se como uma tecnologia de regulação, no momento em que “[...] substitui debates políticos por metas, indicadores e *accountability*” (Silva, Cunha e Almeida, 2025, p. 149). Destacam que “Nesse regime, a legitimidade deriva das evidências de eficiência, e não de princípios ético-políticos. Assim, apelos à justiça social acabam traduzidos em padrões de desempenho, que interpelam sujeitos como avaliáveis e responsivos às metas” (Silva, Cunha e Almeida, 2025, p. 149).

Essas autoras trazem o fato de que na Inglaterra também houve um movimento de reescrita nos marcos da performatividade, quando convertia a justiça educacional em metas, rankings e indicadores que regulavam a organização escolar em geral, bem como o trabalho docente (Silva, Cunha e Almeida, 2025, p. 152).

Ball e Collet-Sabé (2025) já destacam isso como uma lógica estabelecida, que sai da discussão de princípios ético-políticos e entra na ideia de mensurabilidade, ou seja, prejudica-se a ideia de uma justiça que teria um potencial transformador para se operar como marcador técnico de desempenho.

Para tanto, foi-se naturalizando “[...] demandas abstratas como qualidade e eficiência, que operam como significantes vazios estabilizados pela governança” (Silva, Cunha e Almeida, 2025, p. 155). Acrescem ainda que isso “[...] institui a performatividade como dispositivo primordial, elevando o gestor a sujeito ideal e transformando a justiça social em ausência programada” (Silva, Cunha e Almeida, 2025, p. 155). As autoras realizam uma crítica nesse mecanismo, pois dizem que isso transforma demandas sociais em metas performativas, quando “A eficácia simbólica reside na aparência neutra e consensual, que naturaliza a hegemonia da performatividade” (Silva, Cunha e Almeida, 2025, p. 155).

Nessa cultura de performatividade, alguns atos simbólicos podem reforçá-la e pactuá-la, daí a naturalização de uma política de bonificação atrelada ao mecanismo

de *accountability* educacional, que exige performances de todos os atores envolvidos nos processos educacionais, inclusive dos estudantes (Silva, Cunha e Almeida, 2025).

O ciclo de pactuação, nesse contexto, é visto como ritual performativo de governança, uma vez que a busca por constantes resultados e até antecipação de metas “[...] instaura temporalidade acelerada que fragiliza processos pedagógicos críticos e duradouros. A reflexão democrática cede ao planejamento técnico, e a justiça social é performada como eficiência” (Silva, Cunha e Almeida, 2025, p.161). A partir dessa fala e da ideia de pactuação entre todos, observa-se que alguns estados e até a União trouxeram na nomenclatura de seus sistemas e políticas educacionais, em algum momento, a palavra “pacto”, para trazer força ao discurso estabelecido como regra educacional; como exemplo, temos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Nota-se também, atualmente, no âmbito da União, uma migração da palavra “pacto” para “compromisso”. Exemplo disso é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que fortalece a colaboração entre os entes federativos para alfabetização na idade certa, com regime de colaboração e corresponsabilização entre estes, monitoramento e acompanhamento de metas pactuadas, estratégias de apoio técnico e financeiro da União para melhorias físicas e pedagógicas das escolas públicas, incluindo materiais didáticos para professores e estudantes; outrossim, “sistemas de avaliação da alfabetização, estratégias formativas e orientações curriculares”⁶.

No mesmo sentido da discussão sobre performatividade aqui realizada, ressalta-se que no âmbito do CNCA foi criado, a partir do Decreto nº 12.191 de 20 de setembro de 2024, um Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização (SNCA), como “[...] reconhecimento a esforços e iniciativas exitosos das Secretarias de Educação na formulação e implementação de políticas, programas e estratégias que assegurem o direito à alfabetização das crianças”⁷ (Brasil, 2024).

⁶ Site MEC. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada#:~:text=O%20Compromisso%20Nacional%20Crian%C3%A7a%20Alfabetizada,5%C2%BA%20ano%20afetadas%20pela%20pandemia> Acesso em 20 maio. 2026.

⁷ Site MEC. Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/selo-nacional-compromisso-com-alfabetizacao> Acesso em: 20 maio. 2026.

Este decreto que institui o SNCA traz todos os elementos de governança e performatividade que a *accountability* educacional instituída no Brasil preconiza, como: adoção de políticas, programas, estratégias e práticas de gestão pública voltadas ao atingimento de metas estabelecidas nos planos nacionais; reconhecimento de esforços de gestão na implementação de estratégias para obtenção de metas; publicização de estratégias e resultados (práticas exitosas); criação de mecanismos de registro, sistematização, avaliação e monitoramento dos resultados, com processo periódico de coletas de evidências; fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados (Brasil, 2024, arts. 1º a 7º). Apresenta caráter veladamente impositivo de uma visão de governança, geradora de interdependência, quando no art. 8º estabelece que só concorre ao selo quem adere ao CNCA e quem integra a Rede Nacional de Articulação, Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA).

Quando autoriza, no art. 6º desse decreto: “O Selo Alfabetização poderá ser utilizado pelas secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em ações de comunicação pública, nos diferentes formatos, veículos e dispositivos, durante a vigência da edição em que for concedido” (Brasil, 2024), também há uma continuidade à performatividade política, que se tem observado desde que resultados dos sistemas avaliativos próprios dos estados e do SAEB têm sido publicizados na forma de rankings no cenário nacional. Ou seja, a classe política tem se apropriado desses resultados das secretarias educacionais como capital político individual, para exercer influência no eleitorado e tentar manter seus mandatos em novos processos eleitorais, quando se utiliza dos índices educacionais e do discurso instituído no país, de inversão da lógica da discussão da justiça social, do acesso e da educação de qualidade e integral a todos, na lógica mercadológica vazia do atingimento de metas, que não reverberam o que é qualidade educacional em sua forma integralizada.

Ficam assim compreendidos os aspectos de uma performatividade que foi gerada com a política de desempenho e responsabilização, a *accountability* nos cenários estaduais, municipais e da União e DF. Uma performatividade com diversas nuances: utilizada por políticos para fins de promoção própria — individual e partidária —, cobrada de gestores das secretarias educacionais municipais e estaduais, de profissionais das redes de ensino públicas municipais e estaduais, como diretores,

coordenadores, professores, além da performatividade que cabe aos estudantes e suas famílias.

Isso posto, pode-se concluir que a performatividade gerada por toda essa engrenagem de política pública educacional vigente, observada em vários estados brasileiros — pautada na visão mercadológica e tecnicista de atingimento de metas com estreitamento curricular e visão de qualidade da educação parcial —, impacta a todos os atores educacionais e em diversos níveis de interesse, gerando aspectos e graduações nas interdependências entre esses.

O PIAUÍ NO SAEB E SUAS POLÍTICAS DE BONIFICAÇÃO E DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS: UM CENÁRIO DE PERFORMATIVIDADE

Esta seção é intencionalmente iniciada com dados quantitativos acerca do estado do Piauí no cenário da política de desempenho da educação pública, para fins de análise da evolução que esse estado brasileiro tem auferido. Quanto ao SAEB e ao IDEB, o estado do Piauí vem ao longo dos anos elevando seus índices e ganhando notoriedade no cenário nacional, conforme explicitado na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Fluxo escolar, média de desempenho SAEB e IDEB – Anos Iniciais

Anos	Aprendizado	Fluxo	IDEB	Elevação no IDEB
2023	6,07	98,0%	5,9	0,3
2021	5,68	97,9%	5,6	(-) 0,1
2019	6,12	93,5%	5,7	0,4
2017	5,83	90,8%	5,3	0,4
2015	5,50	88,6%	4,9	0,4
2013	5,03	88,5%	4,5	0,1
2011	5,11	86,1%	4,4	0,4
2009	4,90	82,1%	4,0	0,5
2007	4,53	77,9%	3,5	0,7
2005	3,82	73,4%	2,8	-

Fonte: Adaptação de dados do site da Seplan do Piauí para este estudo. Disponível em: <https://dados.seplan.pi.gov.br/educacao/fluxo-escolar-media-de-desempenho-saeb-e-ideb-anos-iniciais/> Acesso em 05. mai.2026.

Observa-se o crescimento gradual das notas referentes ao aprendizado, ao fluxo e ao IDEB, elevando-se sempre, mesmo que em poucos percentuais. Com exceção de 2021, que o IDEB caiu 0,1 em relação a 2019, com a justificativa de que a pandemia causou alterações significativas no contexto escolar em geral, que impactaram na manutenção dessa elevação, no entanto, pode-se notar que não foi uma perda tão grande. O índice logo foi recuperado no ano seguinte, em 2023, com 0,3 pontos acima.

A tabela 2, a seguir, apresenta um comparativo nacional dos valores do IDEB, levando em consideração o Brasil, o Nordeste e o Piauí.

Tabela 2 – Comparativo nacional do IDEB – Anos Iniciais

Anos	Brasil	Nordeste	Piauí
2023	6,0	5,6	5,9
2021	5,8	5,3	5,6
2019	5,9	5,4	5,7
2017	5,8	5,1	5,3
2015	5,5	4,8	4,9
2013	5,2	4,3	4,5
2011	5,0	4,2	4,4
2009	4,6	3,8	4,0
2007	4,2	3,5	3,5
2005	3,8	2,9	2,8

Fonte: Adaptação de dados do site da Seplan do Piauí para este estudo. Disponível em: <https://dados.seplan.pi.gov.br/educacao/indice-basico-de-desenvolvimento-da-educacao-basica-ideb/> Acesso em 05. mai.2026.

Infere-se que o estado do Piauí tem apresentado desempenho de forma crescente, aumentando o seu IDEB a cada avaliação do SAEB, embora esteja sempre abaixo do IDEB geral do Brasil. No entanto, vale ressaltar que essa distância tem ficado cada vez menor. O SAEPI, sistema próprio de avaliação do estado do Piauí, pode ter influenciado — a partir de 2011 —, com a sua criação e execução, a diminuição desses comparativos, mostrando o Piauí como um estado que potencializou sua performance educacional para atingir as metas estabelecidas.

Notório também foi o desempenho da nota do IDEB do Piauí em relação ao próprio Nordeste. A tabela 2 demonstra também um crescente distanciamento do

Piauí em relação ao IDEB do Nordeste, a partir do ano de 2009. Oliveira e Clementino (2020), analisando o SAEPI, classificam-no como um sistema de média responsabilização ou *low-stakes* e justificam isso com a falta de estímulos diretos, como política de premiação ou de sanção a professores das redes de ensino pública, inclusive com teste de baixo risco, assim como também ressaltam Vidal e Costa (2022); Silva, Soares e Oliveira (2023). Embora essa constatação também tenha sido registrada por Carvalho *et al.* (2024), como uma caracterização anterior, estas últimas autoras já defendem que o cenário de *accountability* no Piauí se intensificou muito após a Lei nº 7.453/2021, que instituiu o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC) (Piauí, 2021), e, atualmente, alegam que a caracterização saiu de média para alta responsabilização.

Porquanto, hoje, o estado do Piauí tem um sistema próprio de avaliação, tem regime de cooperação/colaboração entre estado e municípios, índices próprios de desempenho escolar, tem política de prestação de contas (que envolve alunos, professores e gestores escolares, tanto do estado quanto dos municípios) e, considerando os níveis de responsabilização no cenário da *accountability* educacional, enquadra-se como *high stakes*, ou seja, é uma responsabilização muito forte e pautada nos seguintes aspectos: formação de professores, premiação e transferência de recursos (Carvalho *et al.*, 2024). Logo, o nível de performatividade também se delinea como intenso.

Oliveira, Costa, Carvalho (2024) ressaltam que o Piauí tem o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI), originado em 2011, com testes padronizados de proficiência e elaborados a partir de matrizes de referência, bem como conta com divulgação de resultados, padrões de desempenho e política de premiação. Este foi constituído nesse período, intencionalmente, para uma performatividade relacionada aos dados do SAEB e IDEB, visando elevação dos desempenhos do estado. O esforço para obtenção de melhor desempenho foi notório, quando observados os resultados apresentados na tabela 1 e 2.

Quanto ao regime de colaboração com os 224 municípios piauienses, tem-se o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), criado no ano de 2021, como uma política pública educacional do governo do estado com estratégias voltadas à garantia da alfabetização de todas as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental (Piauí, 2021). A partir dessa política, foi instituído um processo contínuo de formação de professores e gestores (primeiro ponto da forte responsabilização),

com melhorias na gestão das escolas e dos municípios — em termos de secretaria da educação — assim como foi estabelecido um monitoramento contínuo e sistemático da aprendizagem através de avaliações. Espera-se, com o PPAIC também, um fortalecimento do acompanhamento pedagógico e bons desempenhos, voltados ao atingimento das metas estabelecidas⁸.

Dados do governo do estado do Piauí, organizados a partir de relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apontam que o Piauí passou da 10^a colocação para 4^a no ranking nacional de alfabetização na idade certa. Também, o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) 2025, do Ministério da Educação, demonstra que 20 municípios piauienses alcançaram 100% de crianças alfabetizadas na idade certa. Esses dados seriam efeitos da colaboração entre municípios e governo do estado com o PPAIC — que completou agora em maio 5 anos —, que também resultou em crescimento de 25 pontos, em três anos, nos indicadores de alfabetização nacional. O Piauí, nesse contexto, teve o segundo maior crescimento nacional com 17 pontos, além disso obteve o Selo Ouro nos anos consecutivos de 2024 e 2025 do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.⁹

Quanto ao índice próprio de desempenho escolar, o SAEPI conta com índices ligados ao subsistema do ambiente, como: i) Índice de Clima Escolar (ICE); ii) indicador de nível socioeconômico (INSE) e o Porte da Escola; iii) IDEPI-Alfa, que é o seu principal índice anual. O índice do IDEPI serve para distribuição do ICMS Educação aos municípios piauienses (política de transferência de recursos). Os resultados, a partir desse índice, também servem para o ranking no estado do Piauí e a política de premiação financeira com o Prêmio Alfa-10 (segundo ponto da forte responsabilização), para as escolas municipais e estaduais com os melhores índices. O destaque vai para a proposta de destinação de recursos e acompanhamento técnico para escolas que não atingiram os índices. Em suma, no Piauí, o índice próprio gerado pelo SAEPI serve tanto à política de bonificação (Prêmio Alfa-10) quanto à política de transferência de recursos (ICMS Educação).

⁸ Site SEDUC. Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC). Disponível em: <https://www.pi.gov.br/programa-piauiense-de-alfabetizacao-na-idade-certa-ppaic-celebra-cinco-anos-com-resultados-expressivos-na-educacao-infantil/> Acesso em: 24. mai. 2026.

⁹ Site SEPLAN PIAUÍ. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <https://dados.seplan.pi.gov.br/educacao/indice-basico-de-desenvolvimento-da-educacao-basica-ideb/> Acesso em: 20. maio. 2026.

No site da Associação Piauiense de Municípios (APPM), uma matéria veiculada em 24 de abril de 2025 apresenta o governador do estado do Piauí — durante uma solenidade do Pacto pela Educação — anunciando que os municípios que atingissem a meta de 90% de alunos alfabetizados na idade certa iriam no ano de 2026 ganhar uma premiação de 200 mil. A ocasião da fala do governador foi o evento da 4ª edição do Prêmio Alfa-10, em que 104 escolas municipais e estaduais foram bonificadas e homenageadas por atingirem as metas do ano anterior. Ademais, receberam os emblemas do Selo Nacional Compromisso Criança Alfabetizada¹⁰.

Como observado, o Prêmio Alfa-10 é concedido com base no IDEPI-Alfa. Em 2023, foram premiadas 78 escolas. Na 5ª edição, em 28 de abril de 2026, a destinação foi de R\$ 14 milhões de reais e foram premiadas 150 escolas em todo o estado, distribuídas em 88 municípios. Destas, a nota máxima (10 no IDEPI-Alfa) foi auferida por 44 municípios e os prêmios em dinheiro variaram de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil, distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados no 2º ano. Como destacado anteriormente, nessa edição as 150 escolas — chamadas de escolas asseguradas e ainda com cenário desafiador — também recebem incentivos para avançar e contam com maior acompanhamento. Nesse contexto, a fim de receber incentivos, foram estabelecidos critérios para que essas escolas atinjam, como: i) ter pelo menos 15 alunos matriculados no 2º ano; ii) alcançar média entre 8,5 e 10,0 no IDEPI-Alfa; iii) garantir participação mínima de 90% dos estudantes na avaliação¹¹.

O terceiro ponto da forte responsabilização advinda do SAEPI é a transferência de recursos, que se instituiu com base no Decreto nº 20.429/2021, que apresenta o cálculo do Índice de Qualidade da Educação Municipal (IQEM) de cada município como condição estabelecida para conquistar recursos oriundos da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), denominado de ICMS Educação nessa política de transferência de recursos orçamentários. Esse referido índice é aferido pelo SAEPI e calculado a partir da proficiência dos alunos do 2º e 5º anos do Ensino Fundamental.

¹⁰ Site APPM. Governador anuncia prêmio de mais de R\$ 200 mil para municípios que atingirem 90% de alunos alfabetizados na idade certa. Disponível em: <https://appm.org.br/noticia/governador-anuncia-premio-de-mais-de-r-200-mil-para-municipios-que-atingirem-90-de-alunos-alfabetizados-na-idade-certa>. Acesso em: 05. mai. 2026.

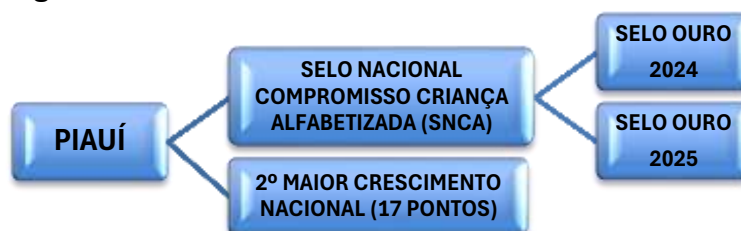
¹¹ Site GOVERNO DO ESTADO. Prêmio Alfa-10: Seduc divulga escolas premiadas com melhores resultados em alfabetização no Piauí. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/premio-alfa-10-seduc-divulga-escolas-premiadas-com-melhores-resultados-em-alfabetizacao-no-piaui/>. Acesso em: 05. mai. 2026.

A lógica fundamentada nessa transferência de recursos do ICMS Educação — do estado para os municípios — com o IQEM é fomentar um desempenho esperado dos municípios no resultado do SAEB. Seria a distribuição de uma cota — parte do imposto arrecadado pelo estado — aos municípios em troca de desempenho escolar. A Lei Estadual nº 7.429/2020, de 28 de dezembro de 2020, criou o ICMS Educação e alterou a Lei nº 5.001, de 14 de janeiro de 1988, que dispunha sobre o mecanismo de distribuição do ICMS aos municípios (Piauí, 2020). Ou seja, o ICMS Educação foi criado em 2020, mas só começou a ser implementado com o IQEM, advindo do SAEPI, em 2021. Então, essas duas políticas públicas educacionais — tanto a de bonificação quanto a de transferência de recursos — caminham juntas no estado do Piauí, gerando um cenário de intensa performatividade da gestão em todos os níveis.

São Paulo foi outro estado brasileiro que também implementou essa ideia. Juntos, SP e Piauí, dão robustez e divulgação a essa proposta. Nela, o IQEM é calculado anualmente pela secretaria de educação do estado, voltado ao ensino fundamental da rede pública municipal, aferindo as taxas de evasão, reprovação e aprovação escolar, além do desempenho e a evolução dos estudantes nas avaliações externas idealizadas. Supostamente, isto faria com que os municípios melhorassem seus índices educacionais ao garantir parte desse repasse financeiro de ICMS, com a finalidade de investimento na educação básica e na manutenção das escolas da rede municipal. O Tribunal de Contas do Estado seria o responsável por realizar a fiscalização desses repasses garantindo a lisura do processo.

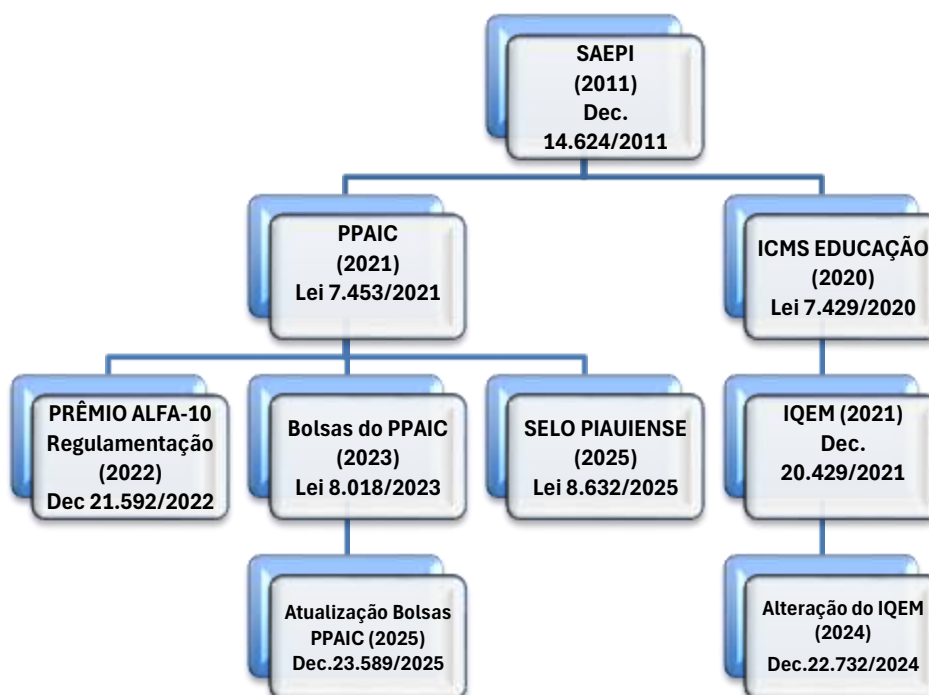
Quando se visualiza, de forma geral, um percurso temporal na criação desses mecanismos de *accountability* educacional e seu sistema de avaliação correlato, tem-se a dimensão da intencionalidade de criação de uma política pública educacional, para uma execução com viés gerencial, tecnicista e mercadológico. O estado do Piauí apresenta o seguinte desenho de política de desempenho, gestão por resultados e *accountability* educacional eivado de performatividade atrelada, como exemplificado nas figuras 1 e 2, a seguir.

Figura 1 – Performance do Piauí no cenário nacional



Fonte: Elaboração própria para este estudo, 2026.

Figura 2 – Desenho e dispositivos criados pelo Piauí para regulação interna



Fonte: Elaboração própria para este estudo, 2026.

O Piauí, portanto, engrenou como um estado que se rendeu à cultura de desempenho em avaliações externas visando inserir toda a educação básica nesse processo regulatório, com fomento à *accountability* educacional e com uma forte responsabilização, intencionalmente, como se constata no desenho e nos dispositivos criados (figura 2).

O discurso em todo o estado é de euforia com o desempenho crescente. Como exemplo, observa-se no site do governo do estado do Piauí, em matéria de maio de 2025, a comemoração de que a rede estadual deste é a que mais faz avaliações no

padrão Enem e SAEB¹². Informa que em 2025 seriam 40 avaliações ao longo do ano com os estudantes do Ensino Médio, utilizando-se de acompanhamento contínuo de cada aluno e orientação aos professores nas intervenções em sala de aula para melhores resultados. Nesse contexto, a estratégia do estado do Piauí tem sido manter o foco do desempenho nas áreas de conhecimento avaliadas pelo SAEB. Conforme reportagem supracitada de Tallita Tajra (2025):

No primeiro trimestre de 2025, mais de 31 mil estudantes participaram do Simulado Saeb, em todas as 512 escolas de Ensino Médio de tempo integral do estado. O resultado revelou as dez Gerências Regionais de Educação (GREs) com melhor desempenho, as 50 melhores escolas da rede e as cinco escolas de cada Gerência Regional com as maiores notas médias. Um termômetro preciso que confirma: o Piauí está no caminho certo, melhorando cada vez mais a qualidade da sua Educação Pública.

Vê-se, indubitavelmente, a ideia de que desempenho em testes de larga escala, índices quantitativos e rankings são sinônimos de qualidade educacional, assim como há o fomento às práticas de formação de professores e atuação em sala de aula voltadas à obtenção das metas estabelecidas. Ou seja, um cenário de intensa performatividade sendo exigida formando um ciclo, tanto em relação às avaliações internas à rede quanto às externas, conforme figura 3 a seguir.

¹² Matéria completa de Tallita Tajra (2025) disponível em: <https://www.pi.gov.br/rede-estadual-do-piaui-e-a-que-mais-faz-avaliacoes-no-padrao-enem-e-saeb/>

Figura 3 – Ciclo da performatividade na gestão por resultados educacionais no Piauí



Fonte: Elaboração própria, 2026.

O ciclo de performatividade observado na figura 3, acima, acontece tanto nas propostas de avaliações internas quanto nas externas, pois acabam sendo inter-relacionadas, quando a interna trabalha visando a externa. Como exemplo, o SAEPI tem sido executado na rede do Piauí, em busca de atingir as metas do SAEB e, por consequência, também visando o PISA. Por efeito, a performatividade se potencializa com esta inter-relação e ações interdependentes.

Diante do todo exposto, vê-se paulatinamente o crescimento da performatividade atrelada à *accountability* educacional instalada no estado do Piauí, principalmente nos últimos cinco anos, após a instalação do PPAIC e todos os seus efeitos. Sobretudo, quando muitos municípios aderiram às propostas nacionais do CNCA e estaduais, estreitaram-se os laços de interdependência entre esses, fortalecendo, assim, as regulações internas no estado e no âmbito nacional, na busca por atingir as metas educacionais e auferir as premiações em todos os âmbitos. Observa-se, por efeito, uma crescente corrida dos municípios em atingir as classificações necessárias para obtenção de premiações simbólicas e/ou financeiras, a exemplo do Selo Nacional da CNCA, da transferência de recursos do ICMS Educação e do Prêmio Alfa-10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, diante deste estudo, que o gerencialismo aplicado à Educação foi estabelecido inicialmente no cenário internacional e afetou também o nacional, regulando-o, de forma a modificar as suas estruturas e causar uma mudança conceitual do que se entende por uma educação de qualidade.

Observou-se, por efeito, a construção de uma engrenagem que estabelece normativas (leis, decretos, portarias, entre outros) para criação de políticas e programas que vão regular as metas educacionais e suas formas de obtenção, engendrando uma performatividade no próprio processo de *accountability* educacional. Essa performatividade, portanto, mostra-se impregnada em todas as fases do processo e em vários atores do campo educacional, quando a educação e seus resultados são voltados ao atingimento de desempenhos esperados. Constatase, obviamente, a instituição de uma política educacional voltada a resultados, com todas as práticas pedagógicas, formação e gestão escolar direcionadas para tal; cenário que foi potencializado quando envolveu transferência de recursos orçamentários e ligados a impostos entre entes federativos. Esse fato certamente gerou mais pressão aos municípios, por parte da classe política e dos gestores das secretarias de educação, formando uma cadeia ou encadeamento, muitas vezes, com efeito de coação para performances cada vez mais eficazes e com laços de interdependência, fortalecendo as regulações internas no estado e no âmbito nacional, na busca por atingir as metas educacionais e auferir diversas premiações.

Os resultados, portanto, apontam um cenário exigente de performatividade advindo da gestão por resultados e da cultura de desempenho intensificada com o SAEB e a política de bonificação implementada na própria rede estadual de ensino do Piauí, a partir do PPAIC, refletindo os efeitos de um cenário de forte responsabilização.

Nesse contexto, a inferência aponta uma relação intrínseca entre essa busca por resultados da política de desempenho implementada a partir do SAEB, do PPAIC, do CNCA, e o impacto no exercício docente e até na sua identidade profissional. Ademais, essa cultura de desempenho nas avaliações externas e internas, em larga escala, e os dispositivos de *accountability* educacional, estão sendo utilizados para justificar e consolidar índices defendidos como caracterização única da qualidade educacional no país.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. *Global Education Inc.: New Policy Networks and the Neo-Liberal Imaginary*. Abingdon: Routledge, 2012.

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, 2010. p. 37-55.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865> Acesso em 20/04/2025).

BALL, S. J.; COLLET-SABÉ, J. *Against School: Thinking Education Differently*. Switzerland: Springer Nature, 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.191, de 20/09/2024. **Diário Oficial da União**. Seção 1, nº 184, 23 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/INPDFViewer.pdf> Acesso em 20 maio. 2026.

BROOKE, N. **Avaliação externa e políticas educacionais**: limites e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2012.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf> Acesso em 29 mar. 2024.

CARVALHO, W. R. L.; LIMA, L. M.; OLIVEIRA, L.X.; MARINHO, I. da C. Políticas de responsabilização nos sistemas educacionais do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. In: SANTOS, A. L. F.; VIDAL, E. M. (Orgs.) *Accountability* educacional e mecanismos de responsabilização em estados brasileiros. **Em Aberto**, Brasília, v. 37, n. 119, p.95-112, jan./mar. 2024. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/604/296> Acesso em: 23 maio. 2026.

CARVALHO, W. R. L. **Avaliação educacional e formação de professores**: um percurso histórico. Parnaíba (PI): Acadêmica Editorial, 2024.

HORTA NETO, J. L. **As avaliações externas e seus efeitos sobre as políticas educacionais**: uma análise comparada entre a União e os estados de Minas Gerais e São Paulo. 2013. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14398>. Acesso em: 17 out. 2020.

HORTA NETO, J. L. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid - Espana, v. 42, n. 5, p. 1-13, abr. 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2289626>. Acesso em: 21 set. 2021.

HORTA NETO, J. L. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, INEP, Brasília, DF, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr 2010. ISSN 2176-6661 Online. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1512/1313>. Acesso em: 9 de jun. 2025.

OLIVEIRA, D. A.; CLEMENTINO, A. M. As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da educação básica nos estados da região Nordeste. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 83, n. 1, p. 143-162, 2020.

OLIVEIRA, L. X. de; COSTA, A. G.; CARVALHO, W. R. L. Desenhos e experiências de políticas de responsabilização escolar no Brasil. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. e16037, 2024. DOI: 10.28998/2175-6600.2024v16n38pe16037. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/16037>. Acesso em: 26 maio. 2026.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado do Piauí**. Decreto nº 20.429, de 23 de dezembro de 2021. Regulamenta o IQEM. Disponível em: <https://leis.org/estaduais/pi/piaui/lei/decreto/2021/20429/decreto-n-20429-2021-piaui-dispoe-sobre-o-procedimento-para-a-apuracao-dos> Acesso em: 20 maio. 2026

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado do Piauí**. Lei nº 7.453, de 08 de janeiro de 2021. Institui o PPAIC e o Prêmio Alfa-10. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20210111> Acesso em: 20 maio. 2026.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado do Piauí**. Lei Estadual nº 7.429, de 28 de dezembro de 2020. Cria o ICMS Educação e altera a Lei nº 5.001, de 14 de janeiro de 1988.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado do Piauí**. Decreto Estadual Nº 14.624, de 31 de outubro de 2011. Institui o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi).

SILVA, Divane Oliveira de Moura; CUNHA, Kátia Silva; ALMEIDA, Karla Wanessa Carvalho de. Reconfigurando a justiça social: hegemonia e performatividade da accountability educacional em Pernambuco. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 2, p. 146–166, 2025. DOI: [10.11606/issn.2176-8099.pcso.2025.240846](https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2025.240846). Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/240846>. Acesso em: 05 maio. 2026.

SILVA, C. M. O.; SOARES, V. G.; OLIVEIRA, L. X. Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí – Saepi: uma análise da sua trajetória e implementação. In: OLIVEIRA, L. X.; GONÇALVES, M. C. (Org.). **Política educacional e gestão da educação**. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2023. p. 106-115.

VIDAL, E. M; COSTA, A. G. Sistemas estaduais de avaliação no Nordeste brasileiro. In: SOUZA, A. S.; FRANÇA, M.; ANDRADE, M. E. (orgs). **Políticas de educação básica, avaliações de sistemas e financiamento**. 2º Volume [Meio Eletrônico], Anpae, Brasília, DF, 2022.